

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO REF.ª Nº 02_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.,

SEDE: CP Nº 82, S. Vicente - Tel: +238 230 75 00 | Fax: +238 232 43 37/21 70 | E-mail: info@enapor.cv

PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 Mindelo - S. Vicente - Tel: +238 222 14 85 | Fax: +238 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 Santiago - Tel: +238 285 50 60 | Fax: +238 253 09 50 | PORTO DA PALMEIRA - S.ª - Tel: +238 241 13 48 | Fax: +238 241 13 48 | PORTO NOVO Rdo. Amílcar - Tel: +238 222 13 54 | Fax: +238 222 12 54 | PORTO DO TAPPAFAL - Vila do Tapfala - S. Nicolau - Tel: +238 238 10 50 / 18 77 Fax: +238 238 13 29 | PORTO VALE DE CAVALINHOS - Vila de Cavaleiros - Fogo - Tel: +238 251 21 13 | Fax: +238 251 12 64 | PORTO INGLÊS Vila do Porto Inglês - Moia - Tel: +238 255 14 90 / 13 50 | Fax: +238 255 13 50 | PORTO FUNA - Vila da Funa - Brava - Tel: +238 285 21 40 / 285 12 46 | Fax: +238 285 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - C.P. nº 29 - Cidade do Sal - Fte - Boa Vista - Tel: +238 251 11 67 | Fax: +238 251 13 74

CONTRATO REF.ª Nº 02_ GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

BOLSA DE HORAS

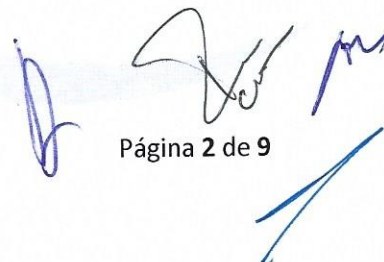
Entre:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portadora do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**.

e

INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A., sociedade anónima, com o capital social de 8.624.661,00 Euros, pessoa colectiva 506176142, registada na Conservatória do Registo Comercial de Amadora sob o mesmo número, com sede em Alfrapark, Edifício C – Piso 2, Estrada do Seminário n.º 4, Alfragide, 2610-171 Amadora, representada pelo Dr. **Hélder António Pereira Alves**, titular do Cartão do Cidadão número 08494425, emitido pela República Portuguesa, válido até 23/07/2028, e pelo Dr. António Carlos Branco Mouro, titular do Cartão do Cidadão n.º 09828771, emitido pela República Portuguesa, válido até 10/07/2031, na qualidade de representantes legais da empresa, para assinatura de contratos, adiante designada **Segunda Outorgante**.

É livremente e de boa-fé celebrado o presente Contrato de Prestação de Serviços, o



Página 2 de 9

qual se regerá pelas cláusulas seguintes, que as partes mútua e reciprocamente aceitam.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJECTO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de Bolsas de Horas (700 horas) 2021/2022, que corresponde à proposta com a referência VS210005_v01_A00, apresentada pela INDRA à ENAPOR em 05 de janeiro de 2022, que faz parte integrante deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ÂMBITO

Os serviços mencionados na cláusula anterior compreenderão as atividades identificadas no Anexo I, as quais serão prestadas na forma e nas condições identificadas no mesmo anexo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – COORDENAÇÃO E REPRESENTANTES

- (I) A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um representante ao qual são conferidas as funções e competências necessárias para a correcta e plena coordenação na execução dos trabalhos objecto do presente contrato.
- (II) No cumprimento das respectivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objecto do presente contrato cumprindo cada um, as respectivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

4. CLÁUSULA QUARTA - LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nos locais e nos termos previstos na proposta, excepto se as partes vierem a acordar de forma diferente sobre esta matéria.

5. CLÁUSULA QUINTA – DURAÇÃO

Todos as prestações no âmbito desta proposta deverão ser realizadas em 700 horas de serviços, que serão consumidas pela Primeira Outorgante no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato. No caso de existirem horas para serem consumidas após este período, a gestão dessas

horas remanescentes será feita com os respectivos Gestores de Projeto em representação da Primeira e Segunda Outorgante.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- (I) O preço total do presente contrato é de € **36.400,00** (trinta e seis mil, e quatrocentos euros).
- (II) Quaisquer taxas ou impostos que incidam sobre o objecto do presente Contrato serão satisfeitos pelas partes de acordo com as disposições legais em vigor à data de assinatura do presente contrato.
- (III) O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado de acordo com o previsto no Anexo I, onde consta as seguintes Milestones de Faturação:

- **Mx** – mensal com as horas consumidas em cada mês

- (IV) Para efeitos de pagamento, a Primeira Outorgante obriga-se a proceder ao pagamento das faturas remetidas pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - SIGILO CONFIDENCIALIDADE, EXCLUSIVIDADE E NÃO CONCORRÊNCIA

- (I) A Segunda Outorgante obriga-se a manter confidencial toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente contrato, desde que a mesma não seja de conhecimento público ou não lhe haja sido comunicada por terceiros.
- (II) A Segunda Outorgante não fará uso ou permitirá que terceiros façam uso de quaisquer informações, dados ou outros conhecimentos facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem prévio consentimento da Primeira Outorgante.
- (III) A Primeira Outorgante não deverá contratar qualquer trabalhador ou colaborador da Segunda Outorgante que tenha participado na execução do fornecimento do software aplicativo ou na prestação de serviços à Primeira Outorgante, salvo o caso de declaração de falência ou instauração de processo judicial de falência.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA

- (I) A Segunda Outorgante assegurará, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, uma garantia de 12 (Doze) meses aos trabalhos implementados no âmbito do presente contrato.
- (II) O prazo de garantia referido no número anterior conta-se logo que sejam concluídas todas as tarefas previstas, constantes da proposta apresentada e adjudicada.

9. CLÁUSULA NONA – CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

A Segunda Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização prévia e escrita da Primeira Outorgante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- (I) Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves gerais ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- (II) A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE

- (I) Sem prejuízo do disposto nos números seguintes a Segunda Outorgante apenas será responsável pelos danos patrimoniais que resultem directamente da sua actuação.
- (II) A responsabilidade total e cumulativa da Segunda Outorgante não poderá exceder, em qualquer caso, um valor correspondente a 100% do preço do contrato, no valor de 36.400,00 (trinta e seis mil, e quatrocentos euros).
- (III) Em caso algum será a Segunda Outorgante responsável por danos e prejuízos de carácter indirecto, consequencial ou de natureza idêntica, incluindo, mas não exclusivamente, lucros cessantes, perda de benefícios, perda de oportunidades de negócio ou danos à imagem.
- (IV) A responsabilidade da Primeira Outorgante não excederá a do valor total e cumulativo previsto no presente contrato, sem prejuízo dos juros de mora aplicáveis por força do incumprimento das suas obrigações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESOLUÇÃO, INDEMNIZAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

- (I) Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si contratados para a prestação de serviços objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
- (II) A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto I;
- (III) O valor da multa por pedido, é calculado da seguinte forma:
- i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
- (a) As multas previstas nos pontos ii) e iii) do número 2) serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;
- (I) Para além dos demais casos previstos na lei, cada uma das contratantes poderá resolver o presente contrato se a outra contratante faltar culposamente ao cumprimento das suas obrigações, nomeadamente as previstas no presente contrato, não tendo, nestes casos, a contratante -faltosa direito a receber qualquer compensação ou indemnização da Contratante lesada.
- (II) O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações que

forem exigíveis pelos danos directamente causados pelo incumprimento, dentro dos limites previstos no presente contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PREVALÊNCIA

- (III) Para além dos demais casos previstos na lei, cada uma das contratantes poderá resolver o presente contrato se a outra contratante faltar culposamente ao cumprimento das suas obrigações, nomeadamente as previstas no presente contrato, não tendo, nestes casos, a contratante -faltosa direito a receber qualquer compensação ou indemnização da Contratante lesada.
- (I) O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações que forem exigíveis pelos danos directamente causados pelo incumprimento, dentro dos limites previstos no presente contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES AO CONTRATO

Em caso de divergência, o texto do presente contrato prevalecerá sobre a proposta apresentada pela Segunda Outorgante.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelas contratantes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

- (I) Os contratantes efectuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

Indra	<p>Fax – 351 214 724 690</p> <p>Correio registado – Alfrapark-Edificio C-Piso 2, Estrada do Seminário, 4 2610-171 Alfragide, Amadora</p> <p>Correio electrónico – halves@indracompany.com ; vmsantos@eservicios.indracompany.com</p>
-------	---

ENAPOR	Fax – 238 - 232 43 37 Correio registado – ENAPOR, SA – Av. Marginal, C.P. 82, Mindelo, Rep. de Cabo Verde Correio eletrónico – maria.semedo@enapor.cv jose.carvalho@enapor.cv eliseu.silva@enapor.cv
--------	---

- (II) As comunicações consideram-se eficazes no dia útil subsequente ao envio confirmado da mensagem por fax ou correio electrónico ou no 7.º dia útil subsequente ao envio de correio registado para a sede social da Parte destinatária.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

- (I) Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
- (II) Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –LEI APLICÁVEL

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código da Contratação Pública e o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 09 (nove) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos** identificados e, que são rubricados pelas partes

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 27.º dia do mês de janeiro do Ano de Dois Mil e Vinte e dois.

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA



Eng.º Alcídio Nascimento Lopes



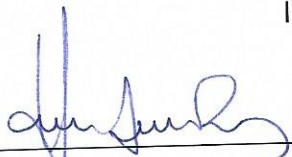
Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho

Presidente do Conselho de Administração

Administrador Executivo

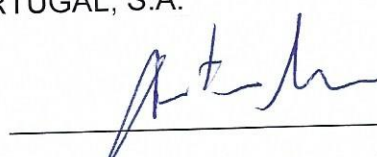
A Segunda Outorgante

INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.



Dr. Hélder António Pereira

Procurador



Dr. António Carlos Branco Moura

Procurador